

# Governo isenta Aeronáutica do caso Cachimbo

## JANIO DE FREITAS Buracos do governo

O fechamento do buraco do Cachimbo é a versão atômica das explosões que abriram buracos em umas poucas pistas de pouso usadas, na Amazônia, pelo garimpo ilegal e pelo contrabando de minérios preciosos. Abrir buracos ou fechar buraco é mera questão de propaganda.

Assim como as demais pistas ficaram intocadas, cumprindo sua finalidade em sossego, o projeto nuclear dos militares prossegue, já em etapas finais, no Exército e na Marinha, respectivamente em Guaratiba (RJ) e Iperó (SP). Contra estas duas seções do projeto nuclear o governo não tomou qualquer atitude.

Delas, o que se sabe de mais concreto é que nunca se saberá o que têm custado ao país: desde 1967, quando o Brasil negociou com Israel a montagem de um centro binacional e secreto de pesquisa nuclear no interior do Maranhão, onde houve a fábrica de papel Cepalma, este desatino belicista vem consumindo verbas secretas. Em ininterrupto contraponto à falta de verbas públicas para a assistência médica, para os projetos de saneamento e de habitação, para a aposentadoria e para a educação —para tudo o que tenha por finalidade, não a morte, mas a vida.

### Autores resguardados

Lá vai a inflação —no rumo previsto pelos que o governo batizou, por causa mesma das previsões, de frustrados e ressentidos. A julgar pelos ataques que, nos últimos dias, o presidente Collor desferiu contra os economistas "todos, todos, todos", e a ministra Zélia desfechou contra antecessores seus, parece que a frustração e o ressentimento mudaram de lado. Indicação de que as expectativas sombrias se mudaram também.

O aborrecimento governamental tem razão de ser. A ministra e, em seguida, o presidente garantiram ao país, em agosto, que a inflação do mês ficaria nos 3%. Foi bater no 12%. Quando a inflação começou a embargar a bola de cristal oficial, a ministra corrigiu sua previsão para "entre 5 e 6%", e despachou os 3% para setembro. As indicações concretas são de que a inflação de setembro já passou pelos 13% com ímpetos primaveris. Não há paciência palaciana que possa resistir.

Mas, sobretudo, não há explicação por parte dos doutos explicadores da economia. Há anos o déficit público não saía do banco dos réus. Pois bem, o déficit está extinto, a cada mês o governo comunica haver arrecadado mais do que gastou. Ao lado do déficit, eram acusadas as estatais, tidas como vorazes devoradoras de socorros financeiros do governo. Pois bem, há seis meses os cofres públicos estão fechados

para as estatais. Ao lado do déficit público e das estatais, era acusada a dívida externa. Pois bem, já vai para dois anos que o governo não desembolsa sequer um dólar com a dívida externa. Ao lado do déficit público e das estatais e da dívida externa, eram acusados os salários. Pois bem, os vencimentos do funcionalismo civil e militar estão congelados e, entre as empresas privadas, são pequena minoria as que concederam aumentos, e, assim mesmo, modestos. Ao lado do déficit público e das estatais e da dívida externa e dos salários, era acusada a ciranda financeira que o governo promovia para manobrar com sua dívida aqui dentro. Pois bem, o governo interrompeu a ciranda.

Resta, entre os possíveis formadores de inflação, um fator. Só muito raramente mencionado. E, quando ocorre sê-lo, por leigos, porque um dos cuidados dos economistas, generalizando-os, é o de não se incompatibilizar com quem tem bons empregos ou contratos para economistas. Este fator são os preços, sempre determinados pelos empresários —ou porque os têm liberados, como hoje em dia, ou, como antes, por conhecerem os meios de obter de ministros e assessores os preços desejados.

Tal é o cuidado dos economistas para não apontar a responsabilidade inflacionária dos preços, que a ministra Zélia, ao mesmo tempo em que evidencia a consciência de que aí está a causa da inflação persistente, para apontá-la diz que "os aumentos de salários repassados aos preços estão fazendo os preços subirem". É uma graça de ministra. Pena que seu argumento não resista à comparação entre os poucos e modestos aumentos de salários e os pesados aumentos de preços. É evidente que os salários não têm subido senão uma fração insignificante dos progressivos 9%, 11%, 12% e atuais 14% de inflação. O congelamento de preços acionou a liquidação do Plano Cruzado. A liberação de preços aciona o insucesso do Plano Collor. Os autores são os mesmos. É uma boa ocasião de ver se os governos são diferentes.

### Ainda

Há resistências muito fortes, por parte dos que têm a esconder capítulos de sua vida, à investigação das verdades horrendas que envolvem os cemitérios clandestinos criados pela ditadura militar. Por isto, o Fórum de Entidades de Direitos Humanos pede a colaboração de todos os que tenham informações sobre desaparecidos: podem entrar em contato com a Cúria Metropolitana de São Paulo, na av. Higienópolis, 890, CEP 01238, São Paulo, SP; tel. (011) 826-0133, ramais 43 e 44.

## Programa nuclear continua

REGINA ELEUTÉRIO  
Da Sursal do Rio

A decisão do presidente Fernando Collor de lacrar o poço na Serra do Cachimbo não significa que o governo brasileiro vai dar prioridade ao programa nuclear civil, de geração de energia, em detrimento do programa autônomo (paralelo), desenvolvido pelos militares. Pelo contrário, o grupo de trabalho formado pelo presidente para traçar as diretrizes do governo na área nuclear priorizou o programa autônomo, reservando US\$ 2 bilhões (cerca de Cr\$ 180 bilhões) somente para projetos militares.

Em seu relatório ao presidente, o grupo de trabalho (GT-Pronen) considerou prioritário, na área nuclear, a execução dos projetos de enriquecimento de urânio por ultracentrifugação (desenvolvido pela Marinha, no Centro Experimental de Aramar, em São Paulo) e a laser (projeto do Centro Técnico Aeroespacial, da Aeronáutica, em São José dos Campos).

Relatório elaborado pela Comissão de Acompanhamento da Questão Nuclear, da Sociedade Brasileira de Física, defendeu, em maio deste ano, a necessidade de o Congresso Nacional ter controle sobre a tecnologia nuclear desenvolvida no país. Segundo o relatório, "é relativamente simples" adaptar as instalações de Aramar a fim de enriquecer urânio em grau suficiente para uma

bomba. A geração de energia elétrica exige urânio enriquecido a cerca de 3,5%. O projeto da Marinha prevê seu enriquecimento a 20% e com 90% é possível fazer uma bomba.

Além das pesquisas da Marinha e da Aeronáutica, o Exército também desenvolve pesquisas para construção de um reator nuclear a grafite, que produz mais plutônio do que outros reatores. O grafite é um elemento-chave para a construção de armas atômicas e o projeto, desenvolvido no Centro de Tecnologia do Exército (Cetex), em Guaratiba (RJ), segue a mesma linha de pesquisa adotada pelos Estados Unidos na década de 40 para produzir seu primeiro artefato nuclear.

O fechamento do poço na Serra do Cachimbo ocorre em meio a especulações internacionais sobre a colaboração do Brasil com o Iraque na área nuclear e discussões internas sobre a participação de um grupo de brasileiros em projetos militares iraquianos. O fechamento do poço não define a política a ser adotada para a área nuclear e, na avaliação do governo, esse não é o melhor momento para discutir essa questão. O relatório do GT-Pronen, concluído em 27 de junho e que traça as diretrizes do programa nuclear até o ano 2000, até hoje não recebeu qualquer resposta do presidente.

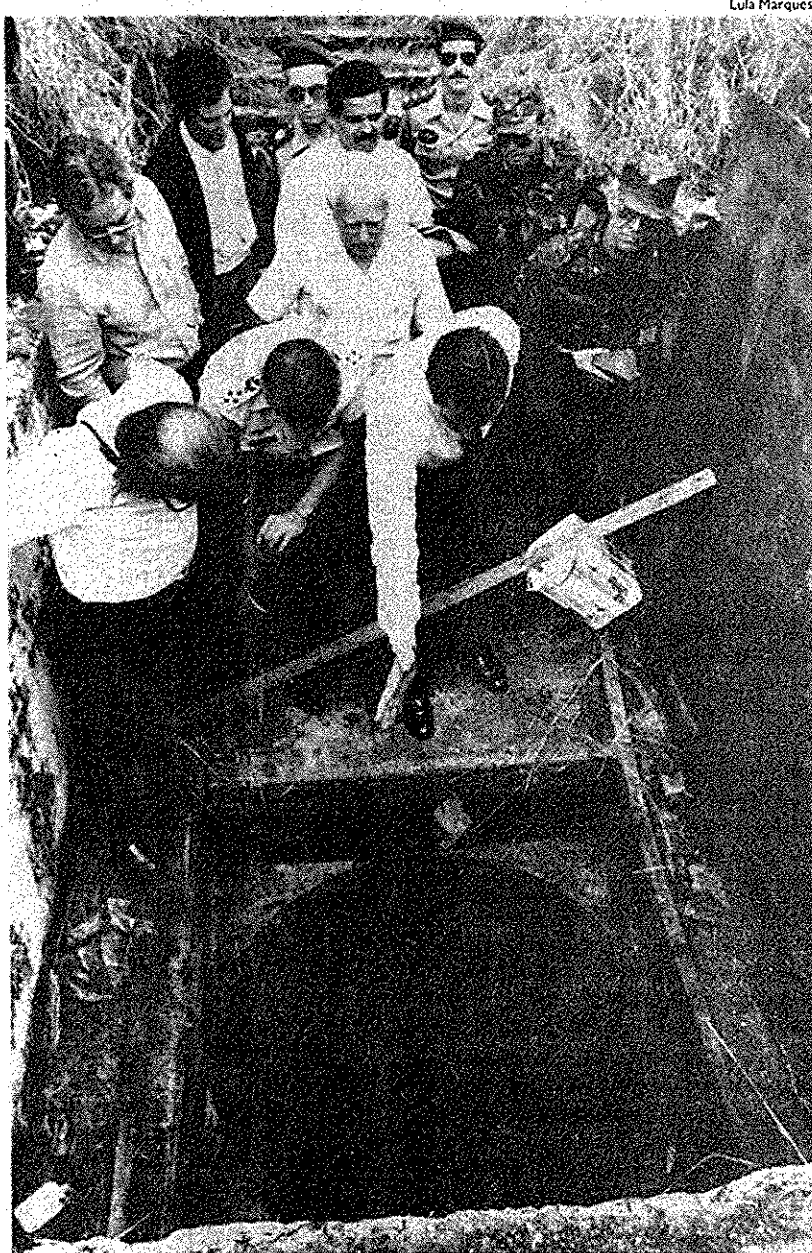
EUMANO SILVA  
Enviado especial à serra do Cachimbo (PA)

O porta-voz da Presidência da República, Cláudio Humberto Rosa e Silva, 36, disse ontem que a construção do poço para testes nucleares na serra do Cachimbo, no Sul do Pará, foi responsabilidade do extinto Conselho de Segurança Nacional (CSN). Segundo o porta-voz, o poço foi construído entre 1980 e 1981 e foi feito durante uma operação sigilosa que não teria contado com a participação do Ministério da Aeronáutica, responsável pelas instalações do Campo de Provas do Cachimbo (Camp), onde o buraco foi cavado. Ontem, o presidente Collor, 41, esteve no local e jogou duas pás de cal no poço, para simbolizar lacramento.

O gesto de Collor, segundo o secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldenberg, serviu para "acabar com as especulações de que o Brasil pretende testar artefatos nucleares". Para ele, órgãos da imprensa estrangeira criaram no exterior a imagem de que o Brasil pretendia fazer experimentos nucleares.

O lacramento simbólico do poço foi feito em um momento estrategicamente importante para Collor. Na próxima semana o presidente fará o discurso de abertura da 44ª Conferência das Nações Unidas em Nova York. As palavras de Collor a representantes de todos os países filiados à Organização das Nações Unidas (ONU) serão ditas num momento em que o Brasil é acusado no exterior de colaborar em um projeto nuclear desenvolvido no Iraque por Saddam Hussein.

O poço visitado ontem por Collor fica a 30 quilômetros da pista de pouso do Camp. Com 320 metros de profundidade e 1,2 metro de diâmetro, o poço é todo



Collor antes de jogar cal em poço na serra do Cachimbo

revestido por uma camada de aço. "Acho que a única utilidade para aquele poço era servir para a realização de testes nucleares", disse Goldenberg.

O presidente determinou ao Ministério da Aeronáutica que lacre definitivamente o poço.

Sem retirar a camada de aço, o poço será preenchido com terra e lacrado com concreto. Segundo o secretário interino de Assuntos Estratégicos, Flávio Rodrigues Duarte, o poço nunca foi utilizado para as finalidades para as quais foi construído.

## Buraco custou mais de US\$ 5 milhões

ELVIRA LOBATO  
Da Sursal do Rio

O poço para testes nucleares construído na Base Aérea de Cachimbo (Sul do Pará) custou ao governo pelo menos US\$ 5 milhões —Cr\$ 375 milhões pelo câmbio livre— só em equipamentos e mão-de-obra. Sua construção envolveu 40 técnicos em perfuração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) que trabalharam no local de janeiro de 1984 a julho de 86. Os técnicos desconheciam a destinação do poço e só foram admitidos na Base Aérea depois de assinarem um compromisso com o Centro Tecnológico Aeroespacial (CTA), do Ministério da Aeronáutica, de manterem sigilo sobre a instalação.

A CPRM, estatal hoje vinculada ao Ministério da Infra-estrutura, não detinha a tecnologia necessária para a perfuração de um poço nas dimensões exigidas pelo CTA, com 320 metros de profundidade por 1 metro de diâmetro. Ainda hoje ele é o único existente no país com tal dimensão. Para contornar o problema, a estatal sugeriu aos militares a contratação de uma firma de consultoria internacional, sugerindo os nomes de duas empresas: Santa Fé Drilling Company e Smith International, ambas dos EUA.

O Ministério da Aeronáutica, que pretendia realizar a obra em segredo, proibiu a contratação da consultoria internacional. A CPRM, no entanto, pediu ajuda à Smith International, que, além de

lhe vender os equipamentos, ensinou a seus técnicos a tecnologia usada em perfurações semelhantes do deserto de Nevada (EUA). Para executar a obra, a CPRM empregou 200 toneladas em equipamentos, transportadas para o Brasil em aviões da FAB.

Nem a direção da CPRM tinha informações corretas sobre o objetivo do poço. O único relatório produzido após a conclusão da obra foi entregue ao CTA e o rascunho do texto foi destruído na presença dos militares. O ex-diretor do CTA, Hugo Piva, informou à CPRM que o poço seria usado para lixo atômico.

A maior parte dos técnicos da CPRM que participaram da obra

O CSN foi transformado pela nova Constituição em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden). Ao iniciar a reforma administrativa, Collor extinguiu a Saden e incluiu sua estrutura na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

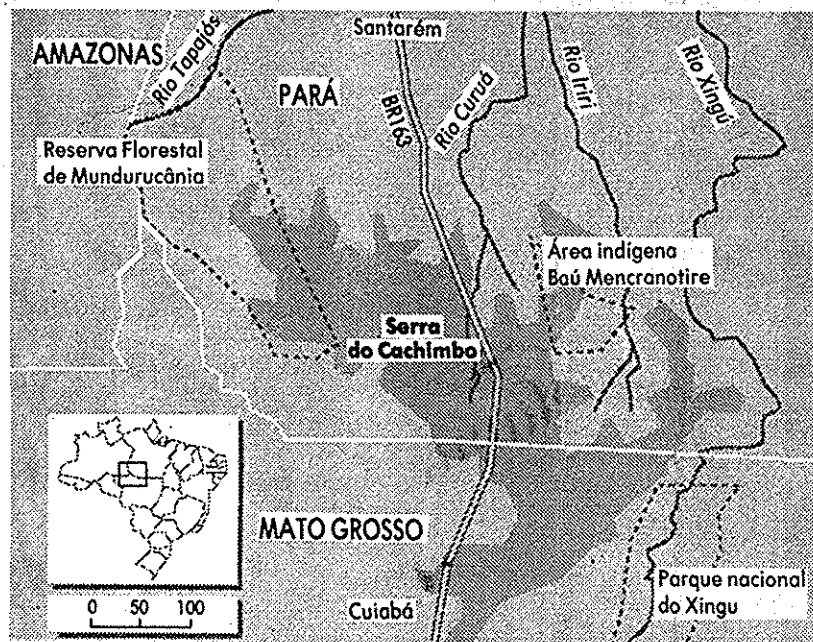
Os ministros do Exército, Carlos Tinoco, Marinha, Mário César Flores, e Aeronáutica, Sócrates Monteiro, e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) estavam na comitiva de Collor, mas não quiseram fazer declarações sobre o poço. As declarações do porta-voz da Presidência da República foram feitas depois que este procurou por Sócrates Monteiro. Segundo Rosa e Silva, o ministro da Aeronáutica disse que não tinha nada com o assunto, que seria da responsabilidade do CSN.

O Camp foi construído pelo Ministério da Aeronáutica dentro do Campo de Provas das Forças Armadas (CPFA), uma área de 4,4 milhões de hectares situada no Sul do Pará. A área pertence ao Emfa e serve para testes de equipamentos bélicos das Forças Armadas. Os limites do CPFA foram estabelecidos em março de 79, mas até hoje não foi concluída a demarcação.

O CPFA pode ser utilizado por empresas bélicas que queiram testar seus equipamentos e até mesmo por "países amigos" que façam convênio com o Brasil, informou o brigadeiro Ivan Frota, diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica. Ivan Frota fez ontem uma exposição de meia hora sobre o CPFA para o presidente Fernando Collor, sem citar em nenhum momento o poço da serra do Cachimbo.

O repórter EUMANO SILVA viajou a convite da Presidência da República.

### ONDE FICAM AS INSTALAÇÕES SUBTERRÂNEAS\*



(\*As instalações subterrâneas ficam na serra do Cachimbo (em cinza escuro no mapa)

### PARA ENTENDER O CASO

**8 de agosto de 86**  
A Folha publica reportagem exclusiva revelando que estavam sendo construídas instalações subterrâneas na serra do Cachimbo para servir a testes nucleares e ao armazenamento de lixo atômico nas usinas. Informava que já existia um buraco com três metros de profundidade e um metro de diâmetro. A área fora adquirida pelas Forças Armadas na década de 70.

**9 de agosto**  
O Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) admite em nota oficial a realização das obras, mas nega que o Brasil tenha "qualquer programação de teste" para fabricação de arma nuclear.

**10 de agosto**  
Dois jornalistas da Folha são detidos quando tentam entrar no campo de provas. O governo justifica a detenção pelo fato de estarem em "área proibida".

**22 de agosto**  
O caso serra do Cachimbo repercute internacionalmente. O Ministério das Relações Exteriores do Holanda solicita à embaixada, em Brasília, um relatório sobre as notícias divulgadas pela Folha. O governo da Argentina trata a questão como assunto de segurança nacional.

**17 de agosto de 89**  
O ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, em carta ao deputado federal Gerson Pires (PDS-PA) confirma a existência de um campo de provas das Forças Armadas na região. Segundo ele, as primeiras instalações foram inauguradas em novembro de 87.

## Piva foi o 'pai' do projeto

ROBERTO LOPES  
Da Reportagem Local

O "pai" do programa de experimentos nucleares em Cachimbo foi o brigadeiro (da reserva) Hugo de Oliveira Piva —atualmente implicado no agenciamento de técnicos brasileiros para o desenvolvimento de mísseis no Iraque. A necessidade de dutos subterrâneos para o teste de bombas atômicas foi detetada durante o governo Médici, mas só no governo Figueiredo (de 79 a 85) é que Piva foi estimulado a executar o projeto de Cachimbo.

O principal aliado do brigadeiro no governo era o então ministro da Aeronáutica Délio Jardim de Mattos (que morreu semana passada). Os parâmetros técnicos foram definidos pelo Centro Técnico Aeroespacial (CTA) de São José dos Campos (SP) —dirigido pelo brigadeiro Piva—, em colaboração com a Comissão Nacional de Energia Atômica (CENEA).

Cachimbo inscrevia-se no contexto do chamado programa nuclear paralelo, um conjunto de projetos militares que empregavam energia atômica e deveriam avançar à margem de qualquer salvaguarda internacional. A CENEA ficou com a tarefa de suprir o programa com as verbas e os recursos humanos julgados necessários. Nesse trabalho destacou-se o civil Rex Nazaré Alves, que atravessou o governo Sarney como presidente da CENEA. Só com o advento do governo Collor é que a estrela de Nazaré Alves deixou de brilhar. Ele vai agora para Viena, Áustria, ocupar o cargo de vice-chefe da delegação brasileira junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) —justamente

é de Pernambuco. Os engenheiros que coordenaram o trabalho estão lotados na sede, no Rio. Para chegarem a Cachimbo, os técnicos seguiam primeiro para Belo Horizonte, onde embarcavam em aviões da FAB. Tinham acampamento próprio em Cachimbo.

Em 84, um incidente retardou o andamento das obras. O poço desmoronou quando já atingia 120 m de profundidade e equipamentos foram perdidos. Foi feito um segundo poço, revestido com chapa de 6,35 mm de aço, além de cimento. A Aeronáutica comunicou à CPRM que previa a construção de dois outros poços com dimensões semelhantes. Os trabalhos foram suspensos em outubro de 86, quando a estatal entregou o relatório sobre o primeiro poço concluído.

uma das organizações mais preocupadas com o programa nuclear paralelo do Brasil.

Quando apareceram problemas para que alguns equipamentos chegassem às obras de Cachimbo, o Ministério do Exército deslocou homens e máquinas do Comando Militar da Amazônia para abrir caminhos por terra. A fim de evitar ciúmes entre os ministérios militares, a administração da nova base foi entregue ao Estado-Maior das Forças Armadas. A desativação de Cachimbo não mexe com os dois principais projetos militares no campo nuclear hoje em andamento no país: o da obtenção de plutônio —material crucial para a fabricação da bomba atômica— pelo Centro Tecnológico do Exército, no Rio, e o de um reator nuclear compacto para submarinos, que a Marinha desenvolve em Iperó (SP).

Num artigo intitulado "O Preparo da Marinha nos Anos 90", publicado na "Revista Marítima Brasileira" em março último, o ministro da Marinha, almirante Mário Flores, disse que "quanto aos SN (submarinos nucleares), a meta a ser perseguida é a incorporação do primeiro no início do século 21. Para tanto, é preciso: 1 - exorcizar os fantasmas da questão nuclear e convencer a opinião pública sobre a adequabilidade do SN; 2 - continuar com o programa de desenvolvimento da tecnologia nuclear, procurando chegar ao nível de demonstração industrial do ciclo do combustível e ao protótipo de terra até no máximo 1995; 3 - iniciar o projeto do submarino tão logo as convicções sobre peso e volume da instalação o permitam".